



Contrato nº 049/2017

Processo nº 5824150/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DA CULTURA – SECULT/CE E A CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ, inscrita no C.N.P.J Nº 07.954.555/0001-11, com sede na Rua Major Facundo, nº 500, Centro / CEP: 60.025.100, Fortaleza, Ceará, representada pelo Secretário da Cultura do Estado do Ceará, Fabiano dos Santos, nomeado pela publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará nº037, série 3, ano VIII, de 25 de fevereiro de 2016, portador do Registro Geral nº 99010497037, expedida pelo SSP/CE, inscrito no CPF sob o número 324.429.043-49, e a CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 07.468.050/0001-47, com sede na Rua Teodorico Barroso, 230 – Vila União – telefone (85) 3276-8830, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **MARINALVA LIMA PEREIRA**, brasileira, divorciada, portador do RG sob o nº 200210249637 SSP-CE e CPF sob o nº 367.200.383-20, residente e domiciliada nesta Capital, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Presencial nº 20170007 – SECULT/CE e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Presencial nº 20170007 – SECULT/CE e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa na prestação de serviços de mão-de-obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT) (Lei Federal nº LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017), para atender as necessidades das áreas Administrativa, Informática, Apoio Técnico, Motoristas, Motoqueiro, Zeladoria e Conservação, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. Os serviços, objeto deste contrato serão realizados nas dependências da CONTRATANTE, sito na Secretaria da Cultura na Rua Major Facundo, nº 500, Centro / CEP: 60.025.100, Fortaleza, Ceará, e em qualquer área de atuação da SECULT, na capital ou no interior do Estado, nos prazos estabelecidos e determinados pela CONTRATANTE.



4.2. O objeto será executado na forma de execução indireta sob o regime empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO

5.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ 13.628.152,08 (treze milhões, seiscentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta e dois reais e oito centavos).

5.2. Quando da repactuação salarial das categorias através de convenção coletiva de trabalho, será feito o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.3. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aqueles decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até 10º (décimo) dia útil, contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente no Banco Bradesco S/A.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do anexo I do edital do Pregão Presencial nº 20170007 SECULT/CE.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos das dotações orçamentárias:

27100003.13.392.500.22081.03.339037.1.00.00.0.20

27100003.13.126.500.22082.03.339037.1.00.00.0.20

27100011.13.122.044.22511.03.339037.1.00.00.0.30

27100011.13.122.044.22649.03.339037.1.00.00.0.30



27100011.13.122.044.22428.03.339037.1.00.00.0.30
27100011.13.122.044.22512.03.339037.1.00.00.0.30
27100011.13.122.044.22513.03.339037.1.00.00.0.30
27100011.13.122.044.22515.03.339037.1.00.00.0.30
27100009.13.122.044.22516.03.339037.1.00.00.0.30
27100010.13.122.044.22518.03.339037.1.00.00.0.30
27100009.13.122.044.22521.03.339037.1.00.00.0.30
27100010.13.122.044.22532.03.339037.1.00.00.0.30
27100011.13.122.044.22534.03.339037.1.00.00.0.30

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua publicação, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua.

8.1.1. A publicação resumida deste contrato dar-se-á na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 19.7.1 do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições contratuais.

10.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

10.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

10.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução

[Handwritten signatures]



contratual.

10.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.7. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.

10.8. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

10.9. Apresentar mensalmente junto à CONTRATANTE no prazo máximo de cinco dias úteis subsequente ao término dos serviços prestados, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimentos dos encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE ou com o Governo do Estado do Ceará, sendo também de responsabilidade da CONTRATADA, o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei), ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da CONTRATADA com referência às suas obrigações não se transfere a CONTRATANTE. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a CONTRATADA vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela CONTRATANTE.

10.10. Apresentar a CONTRATANTE, previamente, a escala de férias dos empregados que estiverem à disposição da CONTRATANTE, bem como fazer suas reposições com as mesmas características profissionais daqueles beneficiados por férias ou licenças.

10.11. Instalar em prazo máximo de 60 (sessenta) dias, escritório em local (cidade/município) previamente definido pela administração;

10.12. Realizar o pagamento dos salários dos terceirizados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços; dos vales-alimentação e dos vales-transporte no 1º (primeiro) dia do mês; bem como realizar depósitos mensais e regulares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ou qualquer outro valor que venha a ser atribuída a categoria na data ou prazo estipulado pela contratante, observando a legislação pertinente.

10.13. Pagar aos funcionários, a título de reembolso, as diárias realizadas a serviço da CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da solicitação do pagamento.

10.14. Responsabilizar-se e arcar com os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais de culpa ou dolo da CONTRATADA e que possam ser alegados, por terceiros contra a CONTRATANTE.

10.15. Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho de seu pessoal e providenciar para que todo o seu pessoal, nos locais de trabalho, possuam cartão de identificação

[Handwritten signatures]



segundo as normas e procedimentos da CONTRATANTE, sendo facultado ao Gestor da CONTRATANTE, responsável pelo contrato, exigir a substituição, permanência ou transferência de qualquer pessoa em serviços nas unidades da CONTRATANTE.

10.16. Assumir as responsabilidades de pagamentos de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem Federal, Estadual e Municipal, ou que vierem a ser criados, bem como quaisquer encargos Judiciais ou Extrajudiciais que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência de celebração do contrato e da execução dos serviços previstos.

10.17. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, objeto desta licitação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços.

10.18. Apresentar à CONTRATANTE, sempre por meio de correspondência, a relação das pessoas que executarão os serviços, procedendo de igual forma nos casos de substituições, realizando também todas as atividades inerentes à direção, coordenação, fiscalização, administração e execução dos serviços;

10.19. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o serviço sem aprovação expressa da CONTRATANTE.

10.20. Disponibilizar as vagas destinadas ao cumprimento da Lei nº 15.854/2015, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.042/2016, respectivamente na função de zelador, atendendo as qualificações exigidas no item 4 deste Termo.

10.21. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SEJUS e à STDS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo contemplados com a reserva de vagas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Serviço.

11.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, inclusive com o fornecimento de equipamentos e materiais, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

11.3. Fiscalizar o objeto deste contrato através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

11.4. Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

11.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.

11.6. Determinar o horário da realização dos serviços podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da CONTRATANTE com observância das leis trabalhistas.



11.7. Solicitar que a CONTRATADA realize treinamento específico a fim de atender interesse exclusivo da Administração, permanecendo a responsabilidade primária da CONTRATADA em manter a especialização e qualidade dos serviços licitados. Os custos decorrentes dessa hipótese serão ressarcidos pela Administração, observando-se o disposto no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.8. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

11.9. Reembolsar a contratada os valores decorrentes de pagamentos de diárias, devidamente comprovados, em caso de indispensável deslocamento de funcionário da contratada a serviço em outra localidade diferente da sua lotação, na forma e condições estabelecidas na legislação pertinente e no valor estabelecido na Convenção/Dissídios coletivos de trabalho da categoria profissional respectiva. Nos deslocamentos para fora do Estado será paga, além das diárias, a passagem aérea classe econômica, observando-se o disposto no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.10. Reembolsar à contratada os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de horas extras, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Coordenadoria Administrativo Financeira – COAFI, tendo como GESTOR o seu Coordenador, especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

13.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.

b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

c) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento) em caso de reincidência.

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

13.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo máximo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.



13.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de desconto dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

13.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.

14.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

14.2.1. Este contrato poderá ter ser rescindido unilateralmente pela Administração Pública sem aviso prévio nas seguintes situações:

a) em caso de indeferimento do Mandado de Segurança interposto pela contratada através do processo judicial nº 0169945-47.2017.8.06.0001

b) por determinação da Administração Pública no ato da implantação do sistema de uniformização da terceirização do Estado do Ceará.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, 23 de novembro de 2017

Fabiano dos Santos
EIRELI

CONTRATANTE

CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES

CONTRATADO(A)

TESTEMUNHAS:

1. [Assinatura]

2. Mario Evaristo dos Santos

RG: 203002050566

RG: 65272064372 (CPF)

CPF: 00636704342

CPF: 98006022511 (RG)

EDITAL Nº004/2017 DE CONVOCAÇÃO PARA ASSUMIR CARGO DE PROFESSOR EFETIVO CLASSE ASSISTENTE DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - FUNECE

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - FUNECE, no uso de suas atribuições estatutárias, regimentais e legais, RESOLVE CONVOCAR o candidato PEDRO WILSON OLIVEIRA DA COSTA JÚNIOR aprovado em 3º lugar no setor de estudo 33- Sociologia, referente ao II Concurso Público de Provas e Títulos para Provimento do Cargo de Professor Classe Assistente do Quadro de Magistério Superior da Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE, regulamentado pelo Edital Nº07/2015 - FUNECE, publicado no DOE de 12/05/2015, e homologado pela Resolução nº597/2015-CD/FUNECE, publicada no DOE de 04/11/2015, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos - DRH/FUNECE, localizado na Avenida Dr. Silas Munguba, 1700, Campus do Itaperi, CEP 60.714-903, nos horários de 08h às 11h30min e de 14h às 16h30min, em até 15 (quinze) dias úteis contados da data de publicação deste Edital pelo Diário Oficial do Estado do Ceará, munida dos seguintes documentos pessoais: a) Carteira de Identidade - cópia autenticada; b) CPF - cópia autenticada; c) Título de Eleitor - cópia autenticada; d) Último comprovante eleitoral - cópia autenticada; e) Certificado de residência, se do sexo masculino - cópia autenticada; f) PIS/PASEP - comprovante ou cópia; g) Certidão de nascimento ou casamento - cópia autenticada; h) Certidão de nascimento dos dependentes - cópia autenticada; i) Comprovante de residência com CEP - cópia autenticada; j) Carteira de Trabalho (folha de nº de registro/série e folha de dados pessoais e último registro de trabalho) - cópia autenticada; k) Carteira de Trabalho original; l) Duas fotos 3x4 recentes e idênticas; m) Comprovante de conta Bradesco; n) Certidão do Cartório de Crime Estadual e Federal (Estadual - Fórum Clóvis Beviláqua: <http://www4.tjce.jus.br/siscertidao> e Federal - Justiça Federal (no antigo Prédio do BNB): <http://www.jf.jus.br/cjf/servico/certidao-negativa>; o) Comprovante de inexistência de participação do candidato em sociedade de natureza empresarial a serem expedidos pela Receita Federal e Junta Comercial do Estado do Ceará, através de certidões específicas; p) Certidão Original de Acumulação de Cargos com a Universidade Federal do Ceará- UFC, Instituto Federal do Ceará- IFCE, Prefeitura Municipal de Fortaleza- PMF; q) Certidão de Acumulação de Cargos, expedida pela Secretaria da Administração do Estado do Ceará - SEPLAG, obtida através do endereço eletrônico www.seplag.ce.gov.br; r) Declaração de disponibilidade para dedicar-se à Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE assinada com firma reconhecida, explicitando não ocupar outro cargo ou função pública (federal, estadual, municipal e privada) acumulável com o que ora assumirá na FUNECE (declaração elaborada pelo DEPESE/FUNECE); s) Diploma de Graduação e Histórico - cópia autenticada; t) Certificados de comprovação dos Graus de: Especialista, Mestre, Doutor ou Livre Docência com os respectivos Históricos obtidos em curso reconhecido, oferecido por Instituição de Ensino Superior Nacional credenciada, ou regularmente revalidado, se obtido em Instituição de Ensino Superior Estrangeira, nos termos da legislação vigente - cópia autenticada; u) Declaração de Bens e Valores que constituem o seu patrimônio, conforme regulamenta o Decreto nº 11.471, de 29 de setembro de 1975 (Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, ano calendário 2016). Apresentar à Coordenadoria da Perícia Médica da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, situada à Av. Oliveira Paiva, 941, Cidade dos Funcionários, Fortaleza-Ce, os seguintes exames: Sangue (hemograma completo, glicose, uréia, creatinina, ácido úrico, grupo sanguíneo e fator Rh, coagulograma completo, TGO, TGP); Sumário de Urina; Raio X de Tórax em PA com laudo; Eletrocardiograma com laudo; Eletroencefalograma com laudo; Acuidade Visual com laudo. O candidato será encaminhado à Perícia Médica através de ofício emitido pelo Departamento de Pessoal da FUNECE. Os documentos comprobatórios a que se refere este EDITAL deverão ser apresentados no prazo e local nele estabelecido. Não serão aceitas fotocópias sem autenticação. Vale ressaltar que o Ato de Convocação não equivale à nomeação, ato este que será providenciado em momento ulterior. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - FUNECE, Fortaleza - CE, 09 de outubro de 2017.

José Jackson Coelho Sampaio
PRESIDENTE

SECRETARIA DA CULTURA**EXTRATO 3º ADITIVO DE CONVÊNIO Nº163/2014**

I - ESPÉCIE: Terceiro Aditivo ao CONVÊNIO que entre si celebram o ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA CULTURA - SECULT, e ANITRA PRODUÇÃO DE FILMES CINEMATOGRAFICOS LTDA II - OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo do Convênio nº 163/2014, referente ao projeto "PRAZERES LÍQUIDOS", que passa a ter vigência até o dia 26 de janeiro de 2018 III - DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do Termo Original, que não foram expressamente modificadas por este Instrumento, permanecem inalteradas, sendo ratificadas pelas partes IV - DATA E ASSINANTES: Fabiano dos Santos - Secretário da Cultura e Heraldo Cavalcanti Gomes de Freitas Filho - Presidente SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza/CE, 09 de novembro de 2017

Fabiano dos Santos
SECRETÁRIO DA CULTURA

**EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 049/2017**

CONTRATANTE: SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ, inscrita no C.N.P.J Nº 07.954.555/0001-11 CONTRATADA: CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 07.468.050/0001-47. OBJETO: Contratação de empresa na prestação de serviços de mão-de-obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT) (Lei Federal nº LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017), para atender as necessidades das áreas Administrativa, Informática, Apoio Técnico, Motoristas, Motoqueiro, Zeladoria e Conservação, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Presencial nº 20170007 - SECULT/CE e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua publicação, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua. VALOR GLOBAL: R\$ 13.628.152,08 (treze milhões, seiscentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta e dois reais e oito centavos) pagos em 12 (doze) meses DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 27100003.13.392.500.22081.03.339037.1.00.00.0.20 27100003.13.126.500.22082.03.339037.1.00.00.0.20 27100011.13.122.044.22511.03.339037.1.00.00.0.30 27100011.13.122.044.22649.03.339037.1.00.00.0.30 27100011.13.122.044.22428.03.339037.1.00.00.0.30 27100011.13.122.044.22512.03.339037.1.00.00.0.30 27100011.13.122.044.22513.03.339037.1.00.00.0.30 27100011.13.122.044.22515.03.339037.1.00.00.0.30 27100009.13.122.044.22516.03.339037.1.00.00.0.30 27100010.13.122.044.22518.03.339037.1.00.00.0.30 27100009.13.122.044.22521.03.339037.1.00.00.0.30 27100010.13.122.044.22532.03.339037.1.00.00.0.30 27100011.13.122.044.22534.03.339037.1.00.00.0.30. DATA DA ASSINATURA: Fortaleza, 23 de novembro de 2017. SIGNATÁRIOS: Fabiano dos Santos - Contratante e Marinalva Lima Pereira - CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI - CONTRATANTE

Fabiano dos Santos
SECRETÁRIO DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº646/2017 - O SECRETÁRIO ADJUNTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, RESOLVE DESIGNAR o Gerente de Aquisições ILO PINHEIRO CAVALCANTE, KLEBER VASCONCELOS SABINO, Supervisor de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado, JANIO CARLO DE OLIVEIRA MENEZES, MARCIUS RENNÉ ALBUQUERQUE VALE DE LIMA, EUDES GADELHA DE ABREU, Técnicos do SAAES, LUCIVÂNIA MARIA DO NASCIMENTO FERREIRA e CLÁUDIA LIMA CAVALCANTE, Técnicas da Gerência de Aquisições, para sob a Presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO destinada a coordenar o processo referente contratação de empresa para execução das obras civis, com fornecimento e instalação de materiais de sistemas de abastecimento de água em municípios do Estado do Ceará - EDITAL DE NCB Nº 201700 /SDA/CCC/CE. A referida Comissão Especial, terá vigência até que seja finalizado o processo de seleção. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, em Fortaleza, 21 de novembro de 2017.

Jerônimo Correia de Oliveira
COORDENADOR ASJUR

PORTARIA Nº894/2017 - O SECRETÁRIO ADJUNTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora Maria Leuda Cândido Zimmermann, ocupante do cargo de Orientadora de Célula, matrícula nº 200316-1-1, desta Secretaria, a viajar à cidade de Ocará, no período de 13 a 14/11/2017 a fim de apoiar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STTR e a EMATERCE





Certa

CONSERVAÇÃO E LIMPEZA
SERVIÇO DE PORTARIA
LOCAÇÃO MÃO-DE-OBRA EM GERAL

SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI

PLANILHA DE PREÇOS E COMPOSIÇÃO DE CUSTOS - LOTE ÚNICO

| | | R\$ 14,80 | | R\$ 16,00 | | R\$ 3,20 | | 0,90% | | 14,25% | | | | | | |
|--|-----|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|--------|--------------|-------|----------------|-------|---------|----------|----------|-----------|-------------------|
| CATEGORIA | QTD | S.B | ADIC.FUNC | PERICUL | ENC.SOC. | MONT'A | V.A | GESTÁ BÁSICA | V.T | PLANO DE SAÚDE | FARDA | TX.ADM. | TRIB. | MONT B. | A+B | CUST. TOTAL |
| Analista de Sistemas I | 1 | 5.204,05 | | | 3.620,46 | 8.824,51 | 348,48 | 60,00 | | 32,88 | | 79,42 | 1.331,70 | 1.852,48 | 10.676,99 | 10.676,99 |
| Analista de Sistemas II | 1 | 6.277,42 | | | 4.367,20 | 10.644,62 | 348,48 | 60,00 | | 32,88 | | 95,80 | 1.593,40 | 2.130,56 | 12.775,18 | 12.775,18 |
| Programador Júnior | 1 | 2.715,90 | | | 1.889,45 | 4.605,35 | 348,48 | 60,00 | | 32,88 | | 41,45 | 725,06 | 1.207,87 | 5.813,22 | 5.813,22 |
| Programador Pleno | 3 | 4.073,86 | | | 2.834,18 | 6.908,04 | 348,48 | 60,00 | | 32,88 | | 62,17 | 1.056,15 | 1.559,68 | 8.467,72 | 25.403,16 |
| Suporte Operacional em Hardware e Software | 1 | 2.376,73 | | | 1.653,49 | 4.030,22 | 348,48 | 60,00 | | 32,88 | | 36,27 | 642,37 | 1.120,00 | 5.150,22 | 5.150,22 |
| Analista Técnico I | 13 | 4.010,69 | | | 2.790,24 | 6.800,93 | 348,48 | 60,00 | | 32,88 | | 61,21 | 1.040,75 | 1.543,32 | 8.344,25 | 108.475,25 |
| Analista Técnico II | 10 | 5.312,64 | | | 3.696,00 | 9.008,64 | 348,48 | 60,00 | | 32,88 | | 81,08 | 1.358,18 | 1.880,62 | 10.889,26 | 108.892,60 |
| Assistente Administrativo I | 15 | 1.180,23 | | | 821,09 | 2.001,32 | 348,48 | 60,00 | 69,99 | 32,88 | | 18,01 | 360,62 | 889,98 | 2.891,30 | 43.369,50 |
| Assistente Administrativo II | 16 | 1.549,15 | | | 1.077,74 | 2.626,89 | 348,48 | 60,00 | 47,85 | 32,88 | | 23,64 | 447,41 | 960,26 | 3.587,15 | 57.394,40 |
| Assistente Administrativo III | 3 | 2.550,07 | | | 1.774,08 | 4.324,15 | 348,48 | 60,00 | | 32,88 | | 38,92 | 684,63 | 1.164,91 | 5.489,06 | 16.467,18 |
| Assessor de Comunicação | 1 | 4.204,46 | | | 2.925,04 | 7.129,50 | 348,48 | 60,00 | | 32,88 | | 64,17 | 1.087,99 | 1.593,52 | 8.723,02 | 8.723,02 |
| Assistente Técnico I | 23 | 2.146,29 | | | 1.493,17 | 3.639,46 | 348,48 | 60,00 | 12,02 | 32,88 | | 32,76 | 587,90 | 1.074,04 | 4.713,50 | 108.410,50 |
| Assistente Técnico II | 11 | 3.035,77 | | | 2.111,99 | 5.147,76 | 348,48 | 60,00 | | 32,88 | | 46,33 | 803,05 | 1.290,74 | 6.438,50 | 70.823,50 |
| Assistente Técnico III | 11 | 3.825,08 | | | 2.661,11 | 6.486,19 | 348,48 | 60,00 | | 32,88 | | 58,38 | 995,50 | 1.495,24 | 7.981,43 | 87.795,73 |
| Atendente em Braille | 2 | 1.362,53 | | | 947,91 | 2.310,44 | 348,48 | 60,00 | 59,05 | 32,88 | | 20,79 | 403,51 | 924,71 | 3.235,15 | 6.470,30 |
| Auxiliar de Manutenção | 3 | 1.007,80 | | | 701,13 | 1.708,93 | 348,48 | 60,00 | 80,33 | 32,88 | | 15,38 | 320,06 | 857,13 | 2.566,06 | 7.698,18 |
| Copeiro | 1 | 985,47 | | | 685,59 | 1.671,06 | 348,48 | 60,00 | 81,67 | 32,88 | 10,00 | 15,04 | 316,23 | 854,30 | 2.535,36 | 2.535,36 |
| Jardineiro | 3 | 1.007,80 | | | 701,13 | 1.708,93 | 348,48 | 60,00 | 80,33 | 32,88 | | 15,38 | 320,06 | 857,13 | 2.566,06 | 7.698,18 |
| Recepcionista | 8 | 1.100,70 | | | 765,76 | 1.866,46 | 348,48 | 60,00 | 74,76 | 32,88 | | 16,80 | 341,91 | 874,83 | 2.741,29 | 21.930,32 |
| Técnico Administrativo I | 23 | 2.872,85 | | | 1.998,64 | 4.871,49 | 348,48 | 60,00 | | 32,88 | | 43,84 | 763,33 | 1.248,53 | 6.120,02 | 140.760,46 |
| Técnico Administrativo II | 17 | 3.825,11 | | | 2.661,13 | 6.486,24 | 348,48 | 60,00 | | 32,88 | | 58,38 | 995,50 | 1.495,24 | 7.981,48 | 135.685,16 |
| Técnico em Manutenção I | 3 | 1.253,94 | | | 872,37 | 2.126,31 | 348,48 | 60,00 | 65,56 | 32,88 | 10,00 | 19,14 | 379,39 | 915,45 | 3.041,76 | 9.125,28 |
| Técnico em Manutenção II | 1 | 1.931,00 | | | 1.343,40 | 3.274,40 | 348,48 | 60,00 | 24,94 | 32,88 | 10,00 | 29,47 | 538,67 | 1.044,44 | 4.318,84 | 4.318,84 |
| Zelador | 35 | 985,47 | | | 685,59 | 1.671,06 | 348,48 | 60,00 | 81,67 | 32,88 | 10,00 | 15,04 | 316,23 | 864,30 | 2.535,36 | 88.737,60 |
| Motociclista | 1 | 1.083,62 | | | 980,04 | 2.388,75 | 322,34 | 76,88 | 75,78 | 29,54 | 10,00 | 21,50 | 416,78 | 952,82 | 3.341,57 | 3.341,57 |
| Motorista (de 01 a 09 lugares) | 2 | 1.083,62 | | | 753,87 | 1.837,49 | 322,34 | 76,88 | 75,78 | 29,54 | 10,00 | 16,54 | 336,10 | 857,18 | 2.694,67 | 5.389,34 |
| Motorista (de 01 a 09 lugares) | 3 | 1.083,62 | | | 927,80 | 2.261,42 | 322,34 | 76,88 | 75,78 | 29,54 | | 20,35 | 397,05 | 921,94 | 3.183,36 | 9.550,08 |
| | 212 | | | | | | | | | | | | | | | R\$ 1.113.411,12 |
| Provisionamento 2,00% | | | | | | | | | | | | | | | | R\$ 22.268,22 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | | | | | R\$ 1.135.679,34 |
| Total Global P/12 Meses | | | | | | | | | | | | | | | | R\$ 13.628.152,08 |

Prazo de validade de 60(sessenta) dias

Prazo de validade de 60(sessenta) dias

Fortaleza(ce), 29 de setembro de 2017

CERTA - SERV. EMP. REP. EIRELI
Marivalva Lima Pereira
Gestora Comercial

AO
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CULTURA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20170007 SECULT/CE
PROCESSO Nº 5824150/2017

Rua Teodorico Barroso, 230 - Vila União - Fortaleza - CE - Fone: (85) 3276.8830 / 3276.4097
Fax: (85) 3276.2536 - CEP: 60420-135 - CNPJ.: 07.468.050/0001-47